

Sumário

Prefácio	XIII
Introdução	1
Parte I – Os Crimes de Corrupção	5
Título I. A Corrupção no Direito Brasileiro	5
1. Considerações Iniciais	5
2. Histórico Legislativo da Criminalização	9
2.1 O tradicional crime de corrupção no direito interno	9
2.2 Internacionalização das fontes de produção no direito penal	14
2.2.1 A Lei Anticorrupção norte-americana e a Convenção da OCDE	18
2.2.1.1 O crime de corrupção em transações comerciais internacionais no Brasil	26
Parte I – Os Crimes de Corrupção	27
Título II. Tipos Penais de Corrupção no Código Penal	27
1. Os Tipos de Corrupção Interna e Corrupção Internacional	27
2. Os Tipos de Corrupção Interna	27
2.1 Corrupção passiva	27
2.1.1 Tipicidade objetiva e subjetiva	28
2.1.1.1 A questão do ato de ofício	31
2.1.1.2 O elemento típico subjetivo	34
2.1.1.3 Causa de aumento de pena em caso de retardamento, omissão ou prática de ato de ofício	35
2.1.2 Sujeito ativo	36
2.1.2.1 Causa de aumento de pena em razão de cargo ou função	39
2.1.3 Corrupção passiva privilegiada	41
2.1.4 Corrupção passiva, concussão e extorsão	41
2.2 Corrupção ativa	47
2.2.1 Tipicidade objetiva e subjetiva	48
2.2.1.1 O elemento típico subjetivo	50
2.2.1.1.1 O ato de ofício no elemento típico subjetivo	51

2.2.1.1.2 Causa de aumento de pena em caso de retardamento, omissão ou prática de ato de ofício	52
2.2.1.2 A conduta de “dar” vantagem indevida	52
2.2.1.3 A corrupção subsequente	56
2.2.1.4 A oferta ou promessa de vantagem indevida para evitar ato injusto.....	57
2.2.2 Sujeito ativo.....	61
3. Tipo de Corrupção Internacional.....	61
3.1 Corrupção ativa em transação comercial internacional.....	61
3.1.1 Tipicidade objetiva e subjetiva.....	62
3.1.1.1 Conceito de funcionário público estrangeiro.....	65
3.1.1.2 Causa de aumento de pena em caso de retardamento, omissão ou prática de ato de ofício.....	67
3.1.2 Sujeito ativo.....	67
4. Objeto de Proteção nos Crimes de Corrupção Interna e Corrupção Internacional	70
5. Corrupção Interna e Corrupção Internacional: O Problema do Alcance da Norma Penal	73
Parte II – Lei Penal no Espaço e o Problema da Dupla Incriminação	77
Título I. Abrangência Espacial da Norma Penal	77
1. Critérios Gerais.....	77
1.1 Princípio da territorialidade	77
1.2 Princípio da personalidade	79
1.3 Princípio de defesa	79
1.4 Princípio de justiça universal	80
2. Posição Adotada pelo Código Penal Brasileiro	82
2.1 Definição de território para fins penais	83
2.1.1 Domínio terrestre	84
2.1.2 Domínio marítimo	85
2.1.3 Domínio aéreo.....	90
2.2 Determinação do lugar do crime.....	91
2.2.1 Teoria da atividade	91
2.2.2 Teoria do resultado.....	92
2.2.3 Teoria da ubiquidade	92
3. Exceções ao Princípio da Territorialidade	94

3.1 A extraterritorialidade incondicionada.....	95
3.2 A extraterritorialidade condicionada.....	97
3.2.1 Condições para aplicação extraterritorial da lei penal brasileira.....	99
3.2.1.1 Ingresso em território nacional.....	99
3.2.1.2 Ser o fato punível também no local em que praticado	100
3.2.1.3 Ser o crime extraditável	101
3.2.1.4 Ausência de absolvição, de cumprimento de pena no exterior ou de extinção de punibilidade por outras razões	102
4. A Dimensão Espacial da Lei Brasileira nos Crimes de Corrupção	103
Parte II – Lei Penal no Espaço e o Problema da Dupla Incriminação	107
Título II. A Condição de Dupla Incriminação	107
1. O Modelo Utilizado na Extradicação.....	107
1.1 O conteúdo da cláusula de dupla incriminação na extradicação	110
1.1.1 A preponderância da lei do local do crime.....	112
2. A Dupla Incriminação como Condição para a Jurisdição	113
2.1 A definição de fato punível	114
2.1.1 A concepção clássica.....	116
2.1.2 A concepção neoclássica	117
2.1.3 A concepção finalista	120
2.1.3.1 Tipicidade, antijuridicidade e culpabilidade na lógica do fato punível.....	121
2.2 O alcance da dupla incriminação enquanto condição para a jurisdição	123
Parte III – A Dupla Incriminação nos Crimes de Corrupção	129
1. Introdução aos Problemas	129
2. Problemas Envolvendo a Definição de Funcionário Público em Diferentes Países.....	130
2.1 A corrupção de funcionário estrangeiro no Brasil.....	130
2.2 A corrupção de funcionário público estrangeiro no exterior.....	132
2.2.1 Funcionário público estrangeiro interpelado em seu próprio país.....	133
2.2.1.1 O enquadramento em outra figura penal.....	134
2.2.2 Funcionário público estrangeiro interpelado em outro país.....	137
2.3 A corrupção de funcionário público brasileiro no exterior	138

3. Pagamentos de Facilitação.....	141
3.1 Origem e definição	141
3.2 Pagamentos de facilitação e extraterritorialidade	147
3.2.1 O pagamento de facilitação em país que não considera essa prática crime	147
3.2.1.1 A exclusão do crime pelo direito brasileiro em casos de pagamento de facilitação	148
3.2.2 O pagamento de facilitação em país que pune internamente essa prática, mas permite sua realização quando destinado a agentes estrangeiros	150
4. A Extorsão ou Concussão Comercial	151
5. A Defesa Afirmativa de Lei Local da Lei Anticorrupção Norte-Americana.....	155
5.1 Introdução ao conceito	155
5.1.1 A defesa de lei local	158
5.1.1.1 A posição da OCDE	160
5.1.1.1.1 O problema das práticas consuetudinárias.....	160
5.1.1.1.1.1 As práticas consuetudinárias na corrupção internacional no Brasil	162
5.1.1.1.2 O escopo do arrependimento eficaz	164
Conclusão	169
Referências Bibliográficas.....	175